

Primeira parte

Capítulo três - O pequeno produtor no nordeste brasileiro

John Wilkinson

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

WILKINSON, J. O pequeno produtor no nordeste brasileiro. In: *O estado, a agricultura e a pequena produção* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp 59-86. ISBN: 978-85-9966-271-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo três – O pequeno produtor no Nordeste brasileiro

1. Características específicas do pequeno produtor brasileiro e o debate feudalismo x capitalismo

O pequeno produtor, no Brasil de hoje, não tem ligações orgânicas com qualquer sociedade pré-capitalista. Não havia camponês feudal ou estrutura agrária indígena para se confrontar com os primeiros colonizadores. Em consequência, não há nenhuma das instituições típicas da sociedade camponesa voltadas para a manutenção de um equilíbrio entre terra e força de trabalho. Não há terras comunais submetidas à redistribuição periódica.¹ Não há leis de herança protegendo contra a excessiva divisão da propriedade territorial. E, finalmente, não há leis matrimoniais específicas cujo objetivo seja o de estabilizar a oferta de força de trabalho ao longo das gerações.²

Além disso, o modelo da colonização portuguesa incluía a radical exclusão de qualquer dimensão camponesa. A integração produtiva da colônia na acumulação mercantil da metrópole foi estabelecida com base em plantações de larga escala, utilizando força de trabalho escrava despojada de qualquer controle jurídico ou material sobre os meios de produção.

Neste modelo, os elementos do campesinato foram reduzidos a fugas esporádicas dos escravos das “plantations”. Isto era frequentemente acompanhado pela tentativa de criar comunidades agrícolas em bases comunais como no exemplo do famoso Quilombo dos Palmares.³ Entretanto, estes esforços comunais foram, por fim, militarmente esmagados, e não conseguiram estabelecer novos padrões permanentes de ocupação territorial.

¹ O exemplo mais próximo poderia ser a criação comunal de gado no Sertão, um processo quase completamente erradicado pelo violento movimento de “fechamento de terras” dos anos recentes.

² A preponderância de tais instituições desmente a afirmativa de Marx sobre a base individualista do camponês. Sua colocação deveria ser limitada ao campesinato pós-feudal, reestruturado à base dos direitos especificamente burgueses de propriedade.

³ Para uma proveitosa avaliação geral, Cf. “Palmares, símbolo de liberdade”. Cap. XIX de *Brasil História. 1. Colônia*, 1979, Ed. Brasiliense.

Foi somente com a abolição da escravatura que se apresentou a possibilidade de uma alternativa camponesa. Entretanto, esta via foi juridicamente bloqueada pela *Lei de Terras* de 1850, fazendo o acesso à terra depender da sua compra. Isto excluiu os ex-escravos do Nordeste, que se viram forçados a migrar para as plantações de café, no Sul.

É no contexto desta situação de pós-escravidão que o debate “clássico” brasileiro sobre o campesinato ganha seu significado, sendo caracterizado essencialmente por interpretações conflitantes a respeito dos novos sistemas de parceria e arrendamento que emergiram no contexto pós-escravatura, e que têm continuado, com peso decrescente, até os dias atuais.⁴

Por todo um período, tomou-se senso comum entre as alas progressistas definir esta relação como feudal, vendo o parceiro como o equivalente brasileiro do camponês europeu, que foi forçado a ceder uma parte de sua safra ou o seu equivalente em dinheiro ou trabalho ao senhor feudal. Na verdade, tal paralelo não foi tanto com a Europa mas especificamente com a França, e estava vinculado a uma visão do desenvolvimento capitalista, que excluía a possibilidade da classe dos proprietários se transformar em empresários capitalistas. Esta visão reduziria, desta forma, a penetração capitalista na agricultura a uma via de mão única, a da reforma agrária, que levaria à “farmerização” e a um conseqüente processo de diferenciação.

Os opositores desta visão, particularmente Caio Prado Jr., enfatizaram a característica empresarial do latifundiário e a sua nomeação completa sobre as condições que determinam o trabalho do produtor direto. Ele mostrou, em particular, quão flexíveis eram estas condições, e a facilidade com que os arranjos de parceria eram transformados em sistemas de remuneração monetária quando uma alta significativa dos preços tomava estes últimos mais rentáveis.⁵

Tal flexibilidade foi possível em função da completa falta de autonomia de parceiros e arrendatários. Ao contrário do camponês feudal

⁴ Cf. artigos de Caio Prado Jr. da *Revista Brasileira* republicados em *A questão agrária*, da Ed. Brasiliense. Sobre a tese feudalista, ver Guimarães, A. P. *Quatro séculos de latifúndio e Vinhas*, M. *Problemas agrário-camponeses*.

⁵ Caio Prado. *Op. cit.*, p. 65.

ou das comunidades indígenas de outros países da América Latina, o parceiro/arrendatário não possuía seu principal meio de produção, a terra.⁶ Em muitos casos, ele não possuía sequer seus instrumentos de produção, frequentemente contribuindo somente com sua força de trabalho, enquanto o latifundiário preparava a terra e fornecia os instrumentos. Resultou que nenhuma instituição jurídica ou militar foi necessária para assegurar a apropriação do excedente pelo latifundiário. Esta apropriação estava inscrita nas condições do acesso dos “pequenos produtores” aos meios de produção.

De forma semelhante, esta falta de controle ou de propriedade da terra é responsável por outra peculiaridade do parceiro/arrendatário brasileiro – sua extrema mobilidade, sujeita às mudanças nos padrões de exploração dos latifundiários (incorporação de terra para culturas de exportação, mudança para a exploração pecuária nos períodos mais recentes). A ausência de povoados camponeses no interior do Brasil testemunha esta mobilidade.

Os opositores da tese feudalista sustentam que nem os latifundiários nem os pequenos produtores podem ser comparados aos senhores e camponeses da Europa feudal. A dominação da estrutura agrária pelo latifundiário reflete a orientação mercantil dominante (potencial ou atual) dos grandes proprietários, e implica a exclusão do campesinato da posse de seus meios de produção. A completa falta de autonomia do pequeno produtor em relação à terra e, em conseqüência, com respeito à produção, tornam a caracterização deste estrato como campesinato, cabalmente inapropriada.⁷ Isto se revela de forma particularmente clara quando se considera a flexibilidade dos arranjos contratuais entre o produtor direto e o latifundiário, e na facilidade com que aquele se vê transformado em trabalhador assalariado.⁸

⁶ A especificidade do setor do pequeno produtor brasileiro é que ele luta não para defender, mas para obter acesso à terra. Cf. Martins, J. de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*, Vozes, 1981, p. 15.

⁷ Cf. interessante artigo de Otávio G. Velho que tenta uma tipologia do “camponês” empregando o conceito de autonomia, em “Campepinatos e política”, *Anuário Antropológico*, 1977.

⁸ Deve ficar claro que, a despeito das posições políticas opostas dos “feudalistas” e de seus opositores, defendendo respectivamente, a priorização da extensão das leis trabalhistas ao campo e a reforma agrária, isto não é uma conseqüência necessária de seus pontos de vista teóricos. Um exemplo disto pode ser visto nos textos recentes de Wanderley, que se situa na

Uma defesa modificada desta clássica posição antifeudal, especificamente para o Nordeste, foi renovada por Wanderley em texto recente.⁹ Embora reconheça a proliferação das pequenas propriedades fora do latifúndio, argumenta que as condições peculiares destas propriedades (pequeno tamanho e baixa fertilidade) não permitem que os minifundiários sobrevivam como produtores camponeses, forçando-os a uma variedade de papéis ocupacionais, primariamente sob a dependência do latifúndio, o que invalida sua caracterização como camponês:

Suponhamos um pequeno proprietário de 10 hectares na região semiárida do Nordeste. Ele sabe, pela própria experiência, que destes 10 hectares, só uns poucos – digamos três – possuem condições mínimas de fertilidade, que justifiquem sua exploração. É coerente com a lógica de sua situação que ele abandone a área restante e se dedique à exploração destes três hectares...

No entanto, esta pequena parcela é insuficiente para prover sua subsistência e ao mesmo tempo para ocupar a mão de obra de que dispõe... o pequeno proprietário aceita então explorar uma parcela de grandes propriedades vizinhas, em regime de parceria..." "Muito frequentemente, o uso da terra em parceria, nas grandes propriedades, é condicionado à prestação de trabalho diretamente nas 'plantations' do latifundiário... remunerado em salário, mas a um nível inferior ao médio da área.

Na parte 'abandonada' de sua própria terra, o pequeno proprietário muitas vezes aluga parcelas a terceiros... dos quais cobra uma pequena renda...

Finalmente, dada a dispersão de suas atividades no curso do ano agrícola, ele é muitas vezes obrigado a contratar um ou dois trabalhadores temporários – nos momentos da colheita – aos quais paga um salário.

De acordo com esta visão, o minifundiário, mesmo quando proprietário de suas terras, não pode ser apropriadamente definido como um camponês. Ele corresponderia melhor ao que Lênin caracterizou como trabalhador rural e proprietário de um lote de terra – força de trabalho atual,

tradição de Caio Prado mas defende a reforma agrária como a reivindicação central no campo.

⁹ Wanderley, Maria de N. B. Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: Conceito e realidade. *Ciência e Cultura*, 29(5); 537-544.

ou potencial para os grandes estabelecimentos. A tese "feudal" e suas críticas tinham em comum uma ênfase sobre o latifúndio como a "relação de produção fundamental" (Wanderley. *Op. cit.*, p. 541) determinando a subordinação dos produtores diretos.

2. "Farmerização" e fim do latifúndio

Uma tentativa de contestar este último ponto de vista pode ser encontrada no trabalho de Gentil Martins Dias, tanto em seu livro, intitulado, de forma significativa, *Depois do Latifúndio*,¹⁰ quanto em um artigo mais recente, "The Brazilian Peasantry and the Development of Capitalism in the Twentieth Century".¹¹

Uma alegação central para sua argumentação é a de que:

A estrutura da posse da terra no Brasil, no século 20, tem sido caracterizada por uma consistente e generalizada fragmentação de unidades de produção, com crescente acesso de um número muito maior de produtores à terra ("The Brazilian Peasantry...", p. 1).

A partir daí, ele afirma:

O campesinato brasileiro tem uma variedade de possibilidades para seu desenvolvimento, podendo vir a tomar-se desde um lumpemproletariado até de pequenos capitalistas (*Op. cit.*, p. 3).

Sua defesa empírica desta posição se baseia nos dados dos Censos da FIBGE sobre os estabelecimentos agrícolas e sua evolução de 1920 a 1970, ao mostrar que o incremento nos pequenos e médios estabelecimentos (0-100 ha) os quais foram "multiplicados por um fator correspondente a 9,58" – excede, de longe, o dos maiores estabelecimentos, sendo de 2,62 o índice de aumento para os de 100-1.000 ha; de 1,43 para os de 1.000-10.000 ha, e declínio numérico para os do estrato superior a 10.000 ha.

De forma semelhante, o avanço das pequenas e médias propriedades em termos de área é claro, aumentando de 8,97% para 23,5% do total de área ocupada, entre 1920 e 1970. Entretanto, também houve um aumento significativo na área ocupada pelos grandes estabelecimentos (100-1.000 ha), que avançaram de 27,64% para 36,96% no mesmo período. Os estratos

¹⁰ Ed. Universidade de Brasília, 1978.

¹¹ Trabalho apresentado ao IX Congresso Mundial de Sociologia, Suécia, Upsala, 1978.

dos estabelecimentos muito grandes e excepcionalmente grandes mostraram um declínio relativo na participação da área total.

Ao explicar este tipo de desenvolvimento, Dias enfatiza a importância da incorporação de novas áreas, que se tomaram acessíveis a partir da expansão da rede de estradas, e ressalta uma tendência geral da parte do grande capital em preferir o investimento urbano. Em consequência, ele conclui que:

uma expansão vigorosa da produção familiar rural ocorreu juntamente com um declínio das grandes unidades de produção rural (p. 7).

Na região Nordeste, Dias argumenta que isto produziu uma tendência de predominância de unidades familiares de produção descapitalizadas, submetidas não ao latifúndio, mas ao capital mercantil.

Embora os trabalhos de Dias forneçam muitos pontos individuais de valor e possam ser vistos como uma contribuição à tese da agroindústria, suas ambiguidades conceituais e metodológicas são suficientes para lançar dúvidas sobre suas conclusões a respeito do latifúndio e da característica camponesa do pequeno produtor do Nordeste.

Os dados empíricos básicos que ele usa para projetar o declínio do latifúndio são os dos Censos Agropecuários da FIBGE.¹² Entretanto, a unidade de análise que estes Censos utilizam – o estabelecimento – não implica propriedade e, portanto, independência pelo menos formal do latifúndio. Se tomarmos os dados do Censo de 1975, de um total de 4.810.779 estabelecimentos, não menos de 36% é formado por parceiros ou posseiros. De forma semelhante, o declínio dos “muito grandes” e dos “excepcionalmente grandes” latifúndios não exclui uma dependência relativa entre o setor minifundiário e os grandes latifúndios, os quais ao que parece apresentaram expansão.¹³

Mais importante talvez é o truque conceitual que define “os vários grupos que habitam o Brasil rural como sendo basicamente de proprietários e não-proprietários”. Tal ponto de vista exclui por definição o que

¹² Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹³ Se, como parece, a área atribuída ao pequeno estabelecimento é subtraída do latifúndio, o tamanho deste último está seriamente subestimado nos dados censitários.

Wanderley (ver acima), e outros descreveriam como a mais típica das características do “pequeno proprietário” – a de ser ao mesmo tempo um trabalhador do latifúndio.

Enquanto os minifundiários podem ver sua posição como aquela em que “são obrigados a vender eventualmente sua força de trabalho para complementar seus rendimentos e garantir sua subsistência”¹⁴ para os latifundiários este setor representa essencialmente uma reserva de força de trabalho. Ademais, a categoria central empregada por Dias para definir o pequeno produtor – unidades de produção até 100 ha – exclui por definição qualquer base para discernir os processos de diferenciação no interior deste estrato.

Dias atribui o declínio do latifúndio à maior rentabilidade dos investimentos urbanos/industriais no contexto do desenvolvimento capitalista da economia como um todo. Como em corolário, ele argumenta que a expansão das propriedades de maior tamanho no período recente dependeu exclusivamente de subsídios “artificiais” do governo. Ele ignora, assim, o papel estrutural das exportações agrícolas como condição para a expansão industrial continuada. E: isto que determina a necessidade de incentivos especiais para o investimento agrícola e, dada a correlação de forças ao nível do Estado, assegura ao grande capital os benefícios provenientes destes estímulos. Os incentivos da SUDENE, citados por Dias como um exemplo, favorecendo os vastos latifúndios nas áreas de fronteira do Nordeste, longe de serem “artificiais”, foram os predecessores de políticas similares que atualmente favorecem o grande capital na produção de café, reflorestamento e produção de açúcar em articulação com o PROÁLCOOL.

Além destes estímulos específicos, as linhas de crédito preferencial para a agricultura, se bem que possam ser desviadas para investimentos urbanos, não deixam de estimular um processo de reconcentração latifundiária como condição para receber tal crédito. Se Dias tivesse incluído os dados do Censo da FIBGE para 1975, esta tendência em direção a uma “relatifundiarização” teria ficado evidente junto com a estagnação do estrato de 0-100 ha:

¹⁴ *Estrutura agrária*, Graziano da Silva, p. 96.

Tabela 7 – Número de estabelecimentos agropecuários, por extrato, para o Brasil: período de 60/75

Estratos (ha)	1960	1970	1975
0-100	2.986.435	4.454.022	4.500.809
100-1.000	314.831	414.746	446.170
1.000-10.000	30.883	35.425	39.648
10.000 e +	1.597	1.449	1.820

Fonte: Censos Agropecuários, FIBGE.

Tabela 8 – Área dos estabelecimentos agropecuários, (em ha) por estrato para o Brasil; período de 60/75

Estratos (ha)	1960	1970	1975
0-100	53.518.671	69.153.199	69.154.283
100-1.000	86.029.455	108.742.676	115.923.043
1.000-10.000	71.420.904	80.059.162	89.866.944
10.000 e +	38.893.112	36.190.429	48.951.812

Fonte: Censos Agropecuários, FIBGE.¹⁵

3. O minifúndio – reserva de força de trabalho ou setor produtivo?

Mas se a tese do declínio do latifúndio deve ser vista, no máximo, como uma tendência conjuntural mais do que estrutural, permanece a necessidade de categorização do setor do pequeno produtor. Para Dias, assim como para Sá,¹⁶ cujos pontos de vista refletem essencialmente os da SUDENE,¹⁷ nos anos 60, a articulação entre a produção em pequena escala e o latifúndio ocorreu ao nível do capital mercantil mais do que ao da oferta de força de trabalho.¹⁸

Os defensores desta opinião, baseando-se nos quadros do Censo, apontaram para o declínio progressivo do trabalho temporário e para o enorme crescimento do trabalho familiar como uma proporção do trabalho total desde os anos 50:

¹⁵ Estes dados são para o Brasil como um todo, na forma como Dias os usa, mas as mesmas proporções gerais mantêm-se para o Nordeste.

¹⁶ Ver Capítulo Um, anterior.

¹⁷ Para uma excelente avaliação da SUDENE cf. o Relatório da BINAGRI sobre o Nordeste, de 1978. Brasília (mimeo).

¹⁸ Para Sá, isto se dá principalmente através dos arranjos de arrendamento, enquanto para Dias é o pequeno produto formalmente independente que predomina.

Tabela 9 – Categorias do trabalho rural para a região¹⁹ Nordeste; período de 50/75.

Categoria	1950	1960	1970	1975
Familiar	2.460.658	4.228.682	6.321.174	7.432.915
Emprego permanente	374.993	378.548	298.795	391.173
Emprego temporário	1.172.643	1.571.909	642.745	657.024
Parceiros	326.642	229.850	160.120	179.559
Outros		252.756	145.463	78.092

Fonte: FIBGE, *Op. cit.*

Tais dados estão ligados à evidência de um mercado declínio do tamanho médio das unidades abaixo de 10 ha (de 3,65 em 1950 para 2,61 em 1975) e um *incremento* no número de pessoas ocupadas por unidade de exploração. Isto indicaria um processo de involução no setor minifundiário, agora visto como essencialmente externo ao latifúndio à luz dos dados do Censo, que assinalam um declínio do arrendamento e predominância da categoria dos posseiros.

Entretanto, os dados sobre a utilização máxima do trabalho temporário, recolhidos mês a mês, fornecem um panorama completamente diferente.

Se tomarmos, em primeiro lugar, os dados de 1970, veremos que, no mês de máximo emprego, a cifra referente ao trabalho temporário é o dobro da registrada na seção que trata do Pessoal Ocupado por categoria. Os valores para 1975 são ainda mais significativos, uma vez que a *média geral* para o trabalho temporário máximo por mês é o dobro da cifra “emprego temporário” nos dados sobre Ocupações por categoria. Igualmente importante é o incremento absoluto no trabalho temporário durante 1970-75, da ordem de 500.000 por mês.

Se tomarmos o número médio de trabalhadores temporários por mês em 1975 – 1.265.000 – e supusermos que todo este trabalho temporário é fornecido pelo estrato de 0-10 ha, o qual compreende 1.641.931 propriedades no Nordeste, 77% destas propriedades teriam em média uma pessoa envolvida em trabalho temporário *ao longo de todo o ano*. E claro

¹⁹ Os dados desta seção foram tirados do estudo de BINAGRI, *Op. cit.*, e atualizados para 1975 pelo autor.

que tal número poderia ser reduzido se os trabalhadores sem-terra²⁰ fossem deduzidos. Contudo, tais dados são suficientes para indicar a importância da articulação ao nível do trabalho para o setor minifundiário.

Tabela 10 – Trabalho temporário na região Nordeste

Meses	1970	1975
Janeiro	1.356.705	1.499.741
Fevereiro	768.691	1.345.082
Março	809.904	1.177.052
Abril	538.759	1.046.891
Mai	822.399	1.655.648
Junho	735.856	1.264.460
Julho	573.148	1.099.192
Agosto	750.055	1.244.317
Setembro	874.058	1.342.109
Outubro	617.173	1.062.654
Novembro	592.933	990.329
Dezembro	897.654	1.432.594

Fonte: FIBGE, *op.cit.*

Esta conclusão será compatível com os dados mencionados, referentes ao declínio do tamanho médio das parcelas deste estrato, e ao incremento paralelo do número de pessoas empregadas. Antes de refletir um processo de involução, isto sugeriria uma acentuação da dependência da renda obtida fora da propriedade (notar também o significativo incremento absoluto dos trabalhadores temporários no Censo de 1975) e um processo de proletarização disfarçada.²¹

Dados do Cadastro do INCRA, de 1972, confirmam tal visão. Calcula-se que cerca de 800.000 propriedades, no Nordeste (o conceito de propriedade do INCRA exclui arrendatários e parceiros), eram incapazes de subsistir com base em rendas próprias. Desta forma, isto implicaria que no mínimo um número igual de pessoas trabalharam parte do ano como trabalhadores temporários.

²⁰ Aqui, os trabalhadores sem-terra são interpretados em seu sentido mais estrito, como aqueles sem acesso à terra sob quaisquer condições.

²¹ Cf. *Crédito rural e pequena produção em Tucano*, Paulo Amorim, 1980, Salvador (mimeo). Pesquisa baseada numa amostra de produtores do estrato de 0-10 indica que 53% da renda total foi gerada fora da propriedade.

Este aspecto do minifúndio apontaria também para sua decrescente importância como produtor de alimentos para os mercados urbanos. Os dados do INCRA são particularmente significativos sob este ponto de vista:

Tabela 11 – Produção de gêneros alimentícios de acordo com o tamanho da propriedade, na região Nordeste.

Estrato	Número de propriedades	%	Área total ha	Área total %
0-10	241.305	34,8	619.745	9,0
10-100	336.941	48,6	3.791.214	55,1
100	116.140	16,6	2.472.640	35,9

Fonte: Adaptada de BINAGRI. *Op. cit.*, p.36.

No caso da Bahia, que será a área específica de nossa análise em relação ao Programa POLONORDESTE (e é um estado onde o arrendamento e a parceria são fenômenos de significação apenas localizada), calculamos a quantidade de produção comercializada²² para os seguintes gêneros alimentícios – feijão, milho, mandioca e arroz – usando os dados do Censo de 1970, do IBGE.

Embora a participação do estrato 0-10 ha seja maior nos dados da Bahia, isto reflete seu peso numérico proporcionalmente maior. O que é mais importante, entretanto, é a coincidência de ambos os grupos de dados com respeito ao estrato médio, que se mostra o maior fornecedor de gêneros alimentícios.

Tabela 12 – Produção e comercialização de gêneros alimentícios selecionados de acordo com o tamanho da propriedade.

Estrato	Número de propriedades	Produção (t)	Produção (%)	Comercialização (t)	Comercialização (%)
<i>Feijão</i>					
0-10	149.804	69.558	31	27.824	19,4
10-100	108.158	115.509	48	83.862	57,9
100	18.486	42.305	21	32.305	22,27

²² Calculamos a comercialização na base de 40% da produção no estrato 0-10 ha, o que é provavelmente uma superestimação do produto líquido comercializado, e descontamos por igual o consumo interno para cada estrato.

<i>Milho</i>					
0-110	132.874	102.691	30	41.077	18,9
10-1.110	102.227	175.899	51	128.875	59,4
100	17.930	65.117	19	56.870	21,7
<i>Mandioca</i>					
0-110	135.137	817.082	32	326.733	19,7
10-1.100	89.743	1.257.966	50	934.892	56,4
100	14.924	448.403	18	394.677	23,9
<i>Arroz</i>					
0-110	12.256	8.346	30	3.338	19,6
10-1.100	11.782	12.789	46	8.077	47,4
100	3.127	6.864	24	5.614	33,0

Os dados acima, juntamente com nossas cifras anteriores sobre o trabalho temporário, apontam para a heterogeneidade do estrato de 0,50 ha, que compreende o público privilegiado do Programa POLONORDESTE, oscilando num extremo para um proletariado rural possuidor de um lote de terra, e no outro para a unidade de produção familiar, com esmagadora predominância do primeiro. Pode-se fazer uma ideia desta divisão se se examinam os dados do Censo, distinguindo o estrato de 0-10 ha do de 10-50 ha.

Análises com base no tamanho da propriedade têm considerável validade para o Nordeste, uma vez que o grau de capitalização destas propriedades é extremamente baixo. Entretanto, considerando-se os diferentes níveis de fertilidade e, particularmente, o acesso diferencial aos mercados, devemos tratar estas divisões do estrato com uma certa flexibilidade.

Comparando os dois estratos em termos de área ocupada com culturas e pastagens, somente 3% da categoria de 0-10 ha cultiva mais do que cinco hectares, enquanto que para o estrato de 10-50 ha este número é de 33%. Cerca de 34% do estrato de 0-10 ha tem a média de 2,8 ha de pastagens, enquanto que para o estrato de 10-50 ha este valor sobe para 66%, com a média de 13,3 ha.

Embora os meios de produção no intervalo de 0-50 ha se reduzam quase completamente a terra e trabalho, houve um incremento significativo no uso de arados, de 21.171 unidades em 1960 para 219.571 em 1975.²³ Uma vez que os arados puxados a trator representam proporção insignificante deste número (0,05%), e são usados principalmente em propriedades com mais de 50 ha, iremos considerar somente a tração animal.

No caso da Bahia, 73% dos arados de tração animal são utilizados em propriedades com menos de 50 ha. No universo do estrato de 0-10 ha, isto corresponde a somente 6% destas propriedades, aumentando porém para 13% no caso do estrato de 10-50 ha.

Assim, usando-se este critério de tamanho de estrato como um reflexo indireto das tendências que estão agindo sobre o setor minifundiário, a existência de uma divisão estrutural pareceria ser confirmada.²⁴

4. Análise dos sistemas de produção e o setor minifundiário

No estudo da BINAGRI, já mencionado anteriormente, é realizado um esforço pioneiro para se ir além das limitações destes dados agregados. Baseando-se particularmente no trabalho de Mário Lacerda de Melo,²⁵ este estudo reanalisa os dados do Censo de acordo com os sistemas de produção predominantes no Nordeste. O argumento central desta abordagem é que a dinâmica de transformação no setor agropecuário do Nordeste deriva do desenvolvimento diferenciado de um certo número de sistemas de produção orientados predominantemente para o mercado.

Além disso, sustenta-se que o setor minifundiário é um produto destes sistemas e, desta forma, pode ser melhor entendido em termos de uma articulação ao nível da oferta de força de trabalho. E, finalmente,

²³Estes dados foram obtidos dos Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975.

²⁴ Sorj recoloca o clássico conceito da “diferenciação social” distinguindo a “diferenciação horizontal” da “diferenciação vertical”; a primeira se refere a uma divisão entre famílias produtoras tradicionais e modernizadas, e a segunda à tese leninista da proletarianização, “kulakização”. Entretanto, Sorj reconhece que esta distinção é de caráter descritivo-analítico, e não pretende também hierarquizar uma outra tendência ou identificar suas causas específicas. Ver *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*, Op. cit.

²⁵ *Regionalização agrária do Nordeste*. SUDENE, Recife, 1978.

afirma-se que tal abordagem é capaz de especificar as condições limitadas sob as quais foi capaz de emergir um setor modernizado de produção de gêneros alimentícios, baseado em estabelecimentos de médio porte, e dependente do trabalho assalariado.

Melo define dez sistemas de produção básicos para o Nordeste. O documento da BINAGRI seleciona seis deles como representantes da estrutura básica do setor agropecuário: cana-de-açúcar, cacau, gado e policultura, gado-algodão, agropastoril-extrativista e sistemas de “baixa ocupação”. Destes, os dois últimos são fundidos no que define como “frentes pioneiras”, ou sistemas de ocupação de fronteira. Além disso, está claro no corpo do texto que os sistemas de Melo denominados “combinações agropastoris com lavouras” estão incluídos no sistema “gado combinado com lavoura”. Desta forma, o documento da BINAGRI incorpora virtualmente todos os sistemas dominantes indicados por Melo.²⁶

4.1. Sistemas de produção da cana-de-açúcar e do cacau

O ponto inicial desta análise é uma rejeição da abordagem que tenta interpretar o minifúndio em função da suposta estagnação do setor exportador.²⁷ Baseando-se na ampla documentação atual das áreas de produção do açúcar e do cacau,²⁸ o documento mostra que ambos os sistemas incorporam 200.000 ha adicionais sob cultivo desde os anos 50. Em ambos os casos, esta expansão levou à expulsão dos moradores, anteriormente figuras típicas destas “plantations”, e à sua transformação, principalmente em trabalhadores temporários sem terra. Houve também um acréscimo de bolsões de minifúndios, cuja área média tendem a decrescer.

²⁶ Um sistema de significado particular para a Bahia é – excluído – o de pecuária melhorada. Iremos tocar nisto mais adiante, neste capítulo.

²⁷ Cf. *Planos diretores* da SUDENE.

²⁸ Para a região açucareira: *Cassacos e corumbas*, M. T. S. de Melo Suarez, São Paulo, 1967; *A terra e o homem no Nordeste*, M. C. Andrade, São Paulo, 1973; *Os clandestinos e os direitos*, Lygia Sigaud, São Paulo, 1977; e para o cacau: *Fazendas de cacau na Bahia*, Clóvis Caldeira, São Paulo, 1954; “Mão-de-obra e elementos de relações de produção”, in *Diagnóstico socioeconômico da região Cacaueira*. CEPLAC/IICA, Bahia, 1976, por Maria Bianchi dos Reis; “Produção, emprego e estrutura agrária na região Cacaueira da Bahia”, P. G. C. de Rezende, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 8, 1978, Rio de Janeiro.

A demanda por este trabalhador temporário na prática foi aumentada, uma vez que a expansão da produção se deu pela expansão da área cultivada e não através de aumentos na produção por hectare.²⁹

Em ambos os casos, estamos lidando com monocultura³⁰ cuja expansão se deu às custas da produção de subsistência dentro das próprias “plantations”, e, no caso do açúcar, começou a ocupar as tradicionais áreas de culturas alimentares do Agreste.

Propriedades de tamanho médio são inexpressivas no sistema de produção do açúcar. Embora exista um estrato de pequenas a médias propriedades na região do cacau, elas também estão dedicadas à produção do cacau.³¹ Os minifúndios nesta área, de acordo com pesquisa conduzida pela CEPLAC,³² dependem em mais de 50% de sua renda de “atividades fora da propriedade”, e sua produção própria está reduzida à mandioca. A dinâmica destes dois sistemas, portanto, exclui o desenvolvimento de um setor significativo especializado na produção de alimentos, e as condições de reprodução do minifúndio são determinadas pela expansão de culturas comerciais e pelas oportunidades de trabalho sazonal nas “plantations”.

4.2. O sistema gado-algodão

O sistema gado-algodão, dominante no Sertão, tem uma dinâmica muito diferente da que acabamos de descrever para as regiões costeiras. Aqui, o gado e o algodão complementam um ao outro. As incertezas do mercado impediram que o algodão se tornasse claramente a forma dominante de exploração, e as difíceis condições ecológicas, por sua vez, tornaram impossível para o gado deslocar a produção do algodão. Enquanto a lucratividade do gado levou à substituição da parceria pelo trabalho assalariado, o contrário ocorreu com respeito ao algodão. Neste último caso, substituiu-se inteiramente trabalho pago em salário por parceria e arrendamento. Tanto o parceiro quanto o arrendatário tinham suas

²⁹ Na área do cacau, o elevado uso de pesticidas também aumentou a demanda por tal tipo de trabalho.

³⁰ Embora, na região do cacau, a banana esteja, de forma geral, associada com o cacau, sua função é a de fornecer sombreamento e umidade, não sendo considerada uma cultura comercial.

³¹ Para uma boa avaliação disto Cf. Resende, *Op. cit.*

³² Cf. “Mão-de-obra e elementos de relações de produção”, *Op. cit.*

condições de produção determinadas pelo latifundiário e recebiam a terra já preparada para o plantio, preparo este executado pelo trabalhador temporário contratado pelo latifundiário e pago em salário. Não havia nenhuma diferença material, portanto, na autonomia relativa de arrendatário e parceiros. No período mais recente, mesmo este elemento do trabalho assalariado tem sido progressivamente eliminado, e a administração da área cedida tem-se tornado, de forma crescente, responsabilidade do parceiro/arrendatário.

A eliminação do trabalho assalariado e a recriação de formas não-capitalistas pareceria derivar sua lógica tanto da incerteza de mercado e, em decorrência, dos altos riscos envolvidos, quanto da escassez de trabalhadores sem-terra no Sertão. A ampliação da autonomia aparente do parceiro/arrendatário no período recente reflete uma mudança na articulação entre o minifúndio e o latifúndio. Este último tem-se afastado cada vez mais das responsabilidades diretas ao nível da produção, e agora assegura sua expropriação do excedente através dos mecanismos do capital mercantil.

E dentro dos termos deste sistema que a análise de Sá³³ tem sua validade, e, pelas razões que ele elabora, trata-se de um sistema que não cria condições para um processo de diferenciação no âmbito do setor minifundiário.³⁴

4.3. O sistema da fronteira

“Frente pioneira” é o conceito usado pelo documento da BINAGRI para explicar a dinâmica da agricultura nas regiões de fronteira. A discussão está limitada ao caso do Maranhão e, como iremos ver mais tarde, não se aplica da mesma forma às outras principais regiões de fronteira do Nordeste situadas no Estado da Bahia.

A ocupação desta região toma a forma de uma “frente de expansão” de produtores de subsistência expulsos das “plantations” ou retirantes do Sertão, particularmente devido às secas dos anos 50. Cerca de 25% de todos os novos estabelecimentos no Nordeste no período 50-70 surgiram nesta

³³ Cf. nossa discussão no Capítulo Um.

³⁴ Maluf, Renato S. J. *A expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão* UNICAMP, FCH/DEPE, tese de mestrado, 1977, mimeo (citada em BINAGRI, p. 154).

região. Foi aí que se desenvolveu o grupo mais assemelhado a um campesinato clássico no Nordeste.

A penetração do capital mercantil³⁵ produziu, entretanto, uma crescente comercialização da produção no caso do arroz, a qual levou, por sua vez, a uma progressiva mercantilização do principal meio de produção – a terra. É através da privatização da terra que a “frente de expansão” se torna uma “frente pioneira”. Entretanto os benefícios desta privatização não são os produtores de subsistência originais. Estes são deslocados pelos pecuaristas e proprietários especuladores, que tomam posse da terra pela força pagando, quando muito, um preço de compensação simbólico.³⁶ Desta forma, desencadeia-se um processo de acumulação primitiva no qual a terra é transformada em capital e os produtores de subsistência em trabalhadores ou arrendatários temporários nos novos latifúndios recém-constituídos.

Uma saída (temporária) desta sujeição só é possível através da abertura de novas terras de fronteira, as quais, entretanto, uma vez consolidadas, passam a sofrer as mesmas transformações. Os novos arrendatários são duplamente subjugados: aos latifundiários, que exigem que as terras devolvidas sejam preparadas para a instalação de pastagens, evitando assim o plantio de lavouras permanentes; e ao capital mercantil, que financia a produção de arroz e assegura que ocorra acumulação nas mãos do produtor.

4.4. O sistema da pecuária melhorada

Em todos os sistemas anteriores, vimos que é mínima a oportunidade para o desenvolvimento de um setor de pequenos produtores autônomos. O mesmo é válido para o único sistema que o documento da BINAGRI não discute e que é de grande importância para o caso da Bahia – o sistema da produção pecuária melhorada.³⁷ A definição deste sistema envolve as regiões onde a ocupação da terra ocorreu com base na produção pecuária comercial, e onde a tendência foi a criação de melhores linhagens de animais, baseada na expansão de terras com pastagens permanentes.

³⁵ Cf. Lemos, Maurício Borges. Um estudo comparativo sobre as formas de organização de produção de arroz no Brasil. Campinas, 1977, tese de mestrado.

³⁶ Cf. Robin Murray sobre a importância da “renda dos fundadores” como um estímulo para a expansão capitalista: “Valor e teoria da renda” in *Capital and Class*, 4, 1978.

³⁷ Cf. Mário Lacerda de Melo, *Op. cit.* Cap. 5, p. 171 e seguintes.

O setor minifundiário nestas regiões tomou tradicionalmente a forma de arrendamento de pequenas áreas do latifúndio para culturas alimentares de ciclo curto. Isto foi possível por conta da característica geograficamente elástica da atividade pecuária. Na estação chuvosa, o gado é capaz de pastar numa área muito reduzida do latifúndio, permitindo o cultivo de lavouras de ciclo curto naquelas áreas que irão ser cedidas ao pastoreio na estação seca, quando as pastagens se tomam escassas. Desta forma, as áreas plantadas foram importantes para o latifundiário, uma vez que se converte em pastagem natural. O setor minifundiário também foi importante para a abertura de novas áreas a serem subsequentemente incorporadas como pastagens naturais.

A concessão de terras pode ser vista, assim, como o pagamento para a abertura de novas áreas no latifúndio, e do ponto de vista deste, o minifundiário foi essencialmente uma forma especial de força de trabalho. Entretanto, a evidência sugere que o latifundiário não interferiu ao nível da comercialização, e os minifundiários foram deixados livres para vender seu excedente.

Assim, este sistema permitiu um desenvolvimento significativo de culturas alimentares de ciclo curto, apesar da subordinação do minifúndio ter impedido a ocorrência de um processo de diferenciação. Contudo, a tendência dominante neste sistema é no sentido da expulsão dos pequenos arrendatários, na medida em que a demanda para a limpeza de áreas encapoeiradas tem diminuído e a tendência de se implantarem pastagens permanentes tem aumentado. Em grandes áreas da Bahia, este processo já está bem avançado, e o setor minifundiário tem sido drasticamente reduzido.

4.5. O sistema de pecuária e policultura

O sistema de pecuária e policultura apresenta muitas similaridades com os sistemas anteriores já descritos. A criação de gado foi a base histórica de ocupação dessas áreas, e estabeleceu um padrão de posse de amplas áreas de terra. Entretanto, a menor fertilidade média destas terras e, em consequência, o menor valor comercial do seu gado, permitiram um nível mais alto de produção agrícola, particularmente daquelas culturas capazes de resistir às secas – sisal e algodão. O setor minifundiário foi capaz de desenvolver-se em muito maior grau, porque não havia uma

tendência forte para o estabelecimento de pastagens permanentes. A menor lucratividade global do setor pecuário nestas regiões e a existência de bolsões de terras mais férteis capacitaram o desenvolvimento de lavouras de alimentos em escala comercial, dirigidas para os mercados urbanos em expansão.

É significativo a este respeito que as propriedades de 5 a 50 ha têm aqui um peso maior do que nos outros sistemas já discutidos. Igualmente significativo é o marcante incremento de propriedades com menos de 5 ha, que não podem ser consideradas como reservas de força de trabalho para os latifúndios pecuaristas, e seriam melhor explicadas como supridoras de mão de obra para as unidades de médio porte produtoras de gêneros alimentícios para os mercados urbanos. Desta forma, é este sistema que apresenta, mais que qualquer outro, as condições para um processo de diferenciação no setor de pequena produção de gêneros alimentícios.

4.6. Avaliação e ressalvas necessárias

Esta tentativa de reinterpretar os dados agregados referentes aos sistemas de produção tradicionalmente dominantes na área é particularmente importante, uma vez que permite uma definição das diferentes características da subordinação do minifúndio e estabelece as condições sob as quais os produtores “simples”, produtores de mercadorias agrícolas, podem consolidar-se dentro do setor de pequena produção. Além disso, tal tentativa de reinterpretação serve como uma importante referência para se analisar a dinâmica diferencial dos vários programas de desenvolvimento rural integrados no Nordeste.

Todavia, algumas ressalvas precisam ser feitas. A primeira delas se refere ao tratamento das regiões de fronteira. A ocupação é vista como ocorrendo à base de comunidades de pequenos produtores voltados para a agricultura de subsistência, que são expropriadas em seguida, num processo de acumulação primitiva favoreceu o grande capital e o estabelecimento de um sistema de propriedade privada dominado pelos latifundiários. Tal modelo clássico, entretanto, está sendo substituído por um padrão de ocupação pioneira das regiões de fronteira pelo grande capital – um movimento promovido e dependente dos programas estatais de crédito

subsidiado.³⁸ No caso das duas regiões de fronteira remanescentes no Nordeste, situadas no extremo oeste e no sul da Bahia, o crédito subsidiado do programa 34/18,³⁹ da SUDENE, tem assegurado a ocupação destas terras sob a forma de grandes propriedades desde o início, favorecendo especialmente a criação do gado e o reflorestamento. Analisando os fundos liberados pela SUDENE para os 50 programas agrícolas aprovados até 1976, cerca de Cr\$ 850 milhões de um total de Cr\$ 950 milhões são alocados em programas nestas regiões de fronteira.⁴⁰ Com base numa Comissão Parlamentar de Inquérito, Moniz Bandeira conclui que 10% do território da Bahia passou para as mãos de estrangeiros.⁴¹

O capital estatal e do Centro-Sul também desempenharam um papel de importância na ocupação destas regiões de fronteira. No sul da Bahia, onde a fronteira está sendo ocupada principalmente com base no reflorestamento, uma única subsidiária estatal – a FLONIBRÁS – detém mais de 200.000 ha. Além do reflorestamento, ambas estas áreas de fronteira têm sido incluídas no zoneamento para a produção de cana-de-açúcar em larga escala, no contexto do PROÁLCOOL. As regiões restantes do Extremo-Oeste têm-se transformado em áreas de colonização dos produtores de soja e de trigo vindos do Rio Grande do Sul.

Os subsídios estatais não somente promoveram um novo padrão de ocupação da fronteira; eles também têm eliminado o papel tradicional do setor minifundiário nestas regiões, desde que as políticas de crédito dos anos 70 facilitaram o desmatamento mecânico das florestas e capoeiras. Além do mais, os produtores sulistas tendem a contar com sua própria força de trabalho importado.⁴²

Estas transformações, estimuladas essencialmente pelos subsídios agrícolas da década de 70, não se limitaram às áreas de fronteira. Ao focar exclusivamente os sistemas de produção históricos do Nordeste o que foi, em parte, determinado pela disponibilidade de dados sistemáticos, o

³⁸ Já existe uma substancial literatura sobre este “fechamento da fronteira”; cf. “*The Frontier and the State in Brazil: a Case Study of the Amazon*”, M. Pompermyer, Stanford University, 1979; *Frentes de expansão e estrutura agrária*, Zahar, 1981.

³⁹ Um esquema de abatimento fiscal para promover investimentos do Centro-Sul no Nordeste.

⁴⁰ Cf. SUDENE, *Incentivos fiscais na Bahia*, 1978.

⁴¹ *Cartéis e desnacionalização*, de Moniz Bandeira, Civilização Brasileira, 1975.

⁴² Cf. *Jornal do Brasil* de 8/2/81.

estudo da BINAGRI *subestimou* o grau em que novos subsistemas estão sendo criados em resposta aos programas especiais do Governo e às linhas de crédito.

Uma indicação indireta pode⁴³ ser obtida através dos dados de crédito rural para o Nordeste, os quais mostram que o crédito de investimento para a implantação de novas culturas permanentes aumentou em tomo de 25 vezes entre 1969 e 1976, subindo de 9,59% para 24,92% dos investimentos totais. Deste investimento, cerca de 40% foi dirigido para “outras culturas permanentes”, não incluídas nos sistemas tradicionais do estudo da BINAGRI.

Além disso, culturas que tinham sido quase eliminadas estão agora sendo vigorosamente promovidas pelos programas especiais do Governo, como é o caso do café, particularmente no Estado da Bahia.⁴⁴ Cerca de 400.000 ha foram considerados disponíveis e aptos para o café na Bahia (excluindo áreas aptas porém ocupadas com outras atividades, isto é, outras atividades dominantes), ou seja, uma área igual à dedicada à atividade cacaeira. Desta cifra, 70.000 ha já foram plantados, incorporando largas extensões do sistema da *pecuária e policultura*. Em uma destas áreas, que também é objeto de um programa de desenvolvimento rural integrado, 6 milhões de um total de 7,5 milhões de pés de café estão divididos entre três plantações. Nesta mesma área, estima-se que, se atingir o regime de plena produção, a demanda por força de trabalho será o dobro de toda a população dos doze municípios vizinhos.⁴⁵

Estes novos padrões de ocupação não estão restritos às regiões de fronteira nem a “programas especiais” específicos, mas formam parte da crescente subordinação da agricultura à indústria. Como foi mencionado no Capítulo Um, o setor agrícola brasileiro está agora sendo submetido a políticas de zoneamento, nas quais áreas específicas são declaradas aptas para culturas particulares.⁴⁶ A liberação de crédito para culturas específicas

⁴³ Cf. *Crédito rural 1969-76*, v. IV, *Região Nordeste*, Ministério da Agricultura, 1977, Brasília.

⁴⁴ Cf. *A penetração do café na Bahia*, CEPLAC, 1979, Bahia.

⁴⁵ *Op. cit.*, p. 51 e 57.

⁴⁶ Tal zoneamento, naturalmente, também é submetido aos interesses do grande capital. Na Bahia, a atual área de reflorestamento é muitas vezes maior que o zoneamento para esta atividade.

está dependente de sua adequação à área, conforme os pareceres do zoneamento. Desta forma, haverá uma tendência de diversificação crescente na agricultura do Nordeste, e a criação de uma variedade de subsistemas sujeita aos critérios técnicos e de lucratividade. Esta industrialização da agricultura implica grande heterogeneidade no setor minifundiário.

Este desenvolvimento é de particular importância para o *sistema de pecuária e policultura*. Analisado sem destaque entre os demais no estudo da BINAGRI, este sistema de fato compreende cerca de 33% da área agrícola total do Nordeste (dez vezes a área do cacau e cana-de-açúcar *somados*). Por incluir também a maior parte das terras férteis fora das regiões da costa e da fronteira, esta área foi um foco particular para a aplicação das linhas de crédito mais altamente subsidiadas disponíveis nos anos 70.⁴⁷ O processo de diferenciação que o estudo da BINAGRI registrou no setor minifundiário dentro deste sistema deveria, portanto, ser reconsiderado à luz de seus desenvolvimentos mais recentes.

A regionalização detalhada dos dados do Censo conduzida pelo estudo da BINAGRI estabelece claramente a importância do setor minifundiário como uma fonte de força de trabalho. Entretanto, esta reserva de mão de obra é vista quase exclusivamente em relação ao setor latifundiário. A única exceção a isto é a sugestão da emergência localizada de unidades de porte médio baseadas no trabalho assalariado, o que é visto claramente como o início do desenvolvimento de um setor de produção agrícola capitalista voltada para o mercado interno.

5. A unidade familiar e o trabalho temporário

Nos capítulos anteriores, enfatizamos o grau em que a exploração familiar tradicional é estruturalmente dependente do trabalho contratado, e a do Brasil não é exceção. Dada a falta de instituições voltadas à proteção do trabalho familiar, como se assinalou no início deste Capítulo, seria previsível que tal dependência fosse particularmente acentuada. Com relação à região de fronteira do Maranhão, onde um “campesinato clássico” temporariamente foi capaz de emergir, constatamos a importância de sistemas de ajuda mútua. De forma semelhante, inúmeros estudos tomaram

⁴⁷ Para uma excelente avaliação geral destas novas políticas de crédito, cf. *Crédito rural no Nordeste e os serviços complementares*, Jorge Coelho, 1975, mimeo.

clara a preponderância da troca de trabalho nos costumes da exploração familiar do Nordeste.⁴⁸

As peculiaridades regionais também tenderiam a acentuar tal dependência. Baixos níveis de fertilidade do solo tomam necessário o cultivo de áreas relativamente grandes, e as condições climáticas do Nordeste exigem, por sua vez, que o ciclo agrícola seja sincronizado para todos os produtos cultivados no estabelecimento, o que envolve uma utilização máxima de trabalho em cada fase. Com isso, é de se esperar que a articulação ao nível da oferta de trabalho não esteja limitada ao latifúndio, mas também ocorra no interior do setor minifundiário.

Os dados de trabalho temporário são significativos a este respeito. Se, em primeiro lugar, tomarmos os dados do INCRA indicativos da proporção entre trabalho temporário e trabalho familiar, nos períodos de emprego máximo para propriedades com menos de 50 ha, acharemos o seguinte⁴⁹:

Tabela 13 – Proporção entre trabalho temporário e trabalho familiar.

Estrato (ha)	Trabalho familiar máximo (%)	Trabalho familiar mínimo (%)	Trabalho temporário (%) máximo
0,5-2	95,8	70,9	26,0
2-5	92,9	63,7	31,4
5-10	89,6	59,6	33,5
10-25	83,2	54,1	35,0
25-50	75,0	43,3	42,3
Valor da Produção (Cr\$)			
0-3000	87,8	51,7	41,1
3000-6000	79,8	48,0	39,0

Fonte: INCRA.

Como sempre, os dados do INCRA excluem arrendatários e parceiros, referindo-se apenas aos produtores independentes (proprietários). A proporção do trabalho temporário é significativa mesmo na menor destas propriedades, e para aquelas com mais de 25 ha assume importância igual a do trabalho familiar.

⁴⁸ *O mutirão no Nordeste*, Hélio Galvão, Rio de Janeiro, 1959 e *Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural*, Clóvis Caldeira, São Paulo.

⁴⁹ Dados adaptados de cálculos de *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, J. F. Graziano Silva (coord.), 1978, HUCITEC, p. 102.

As dimensões do trabalho temporário no setor do pequeno produtor tomam-se mais claras se tomarmos os dados do IBGE, de 1975, para o Brasil como um todo (Tabela 14).

Estes dados mostram, portanto, que em média 60% de todo o trabalho temporário é absorvido por propriedades de até 50 ha. O Censo de 75 revela que cerca de 24% de todas as propriedades de 0-10 ha emprega trabalho temporário, cifra que sobe a 31% para o estrato de 10-50 ha.

De forma ainda mais significativa, os dados de 75 mostram um acréscimo de 22% no número de propriedades de 0-10 ha empregando trabalho temporário, e um acréscimo de 11% para o estrato de 10-50 ha, quando comparados com os dados de 1970, embora o número das propriedades de 0-10 ha tenha crescido em 3% e o das propriedades de 10-50 ha tenha diminuído em 3% no mesmo período.

Tabela 14 – Trabalho temporário máximo por mês de acordo com o tamanho dos estabelecimentos⁵⁰

Meses	0-50 ha		50 ha	
	n.º	(%)	n.º	(%)
Janeiro	1.500.193	(63%)	876.960	(37%)
Fevereiro	1.321.015	(62%)	801.926	(38%)
Março	1.353.207	(60%)	879.964	(40%)
Abril	1.276.054	(60%)	846.947	(40%)
Mai	1.758.865	(64%)	949.369	(36%)
Junho	1.340.973	(60%)	861.037	(40%)
Julho	1.120.561	(59%)	754.354	(41%)
Agosto	1.174.984	(62%)	706.161	(38%)
Setembro	1.272.532	(61%)	802.976	(39%)
Outubro	1.142.074	(55%)	904.160	(45%)
Novembro	1.149.585	(54%)	968.106	(46%)
Dezembro	1.702.671	(56%)	1.310.802	(44%)

Fonte: FIBGE, Censo 1975.

Mesmo no caso de São Paulo, onde a articulação do trabalho temporário com o latifúndio é mais pronunciada, uma média de 42% de todo o trabalho temporário estava empregada em propriedades de menos de 50 ha, de acordo com os dados do Censo do IBGE para 1975. Além disso, a participação do setor de pequenas propriedades na contratação de trabalho temporário aumentou de 40% para 42% desde 1970, mesmo com a redução

⁵⁰ Calculado do Censo do IBGE, 1975, Brasil, v. I.

de 2.126 no número de propriedades deste tipo e com o acréscimo de 2.492 unidades acima de 50 ha.

Para o Estado da Bahia os dados são da mesma ordem com 54% em média de todo o trabalho temporário empregado em propriedades com menos de 50 ha. Esta é a mesma proporção verificada em 1970, embora apenas 515 novas propriedades tenham sido registradas no estrato 0-50 ha contra 6.048 para o intervalo superior a 50 ha, tendo havido um acréscimo de 583.589 trabalhadores temporários no mesmo período.

Estes dados poderiam ser confrontados com o que chamamos de processo de “relatifundiarização” desencadeado nos anos 70 como um produto do crédito fortemente subsidiado para o setor agrícola. Já mostramos os dados para o Brasil como um todo (cf. Tabela 7, neste Capítulo). O mesmo processo também tem dominado a estrutura agrária do Nordeste, como os dados da Tabela 15 indicam.

Tabela 15 – Quantidade e área de estabelecimentos agrícolas – Nordeste%

Tamanho (ha)	1950		1960		1970		1975	
	n.º	Área	n.º	Área	n.º	Área	n.º	Área
0-10	53,2	2,8	61,7	4,3	68,3	5,5	69,0	5,4
10-50	27,7	9,3	23,6	12,0	20,4	13,8	19,0	13,0
50-100	7,8	7,9	6,3	9,6	5,1	10,5	4,9	10,0
100+	11,3	80,0	8,0	74,1	61,1	70,2	7,1	72,6

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários.

A despeito desta estagnação numérica e atual declínio em área, o estrato 0-50 ha manteve sua parte majoritária no emprego do trabalho temporário. O visível incremento do setor latifundiário, desta forma, não levou a um incremento proporcional na absorção do trabalho temporário. Pareceria que, nesta fase, a tendência fundamental tem sido um avanço do capital especulativo ou do capital aplicado em pecuária levando à simples expulsão do setor minifundiário.⁵¹ Mais ainda, esta expulsão parece ter afetado preferencialmente aquela fração de pequenos produtores que não empregam trabalho temporário.

⁵¹ Entretanto, esta tendência pode ser invertida no próximo período com renovada expansão do café e particularmente da cana-de-açúcar como resultado do novo programa energético baseado no álcool.

Como vimos acima, as proporções dos estabelecimentos que contratam força de trabalho (temporário) no estrato 0-50 ha aumentou no período 70-75, e o crescimento absoluto no número dessas propriedades que empregam mão de obra assalariada excedeu de longe o crescimento numérico global das propriedades de 0-50 ha. De forma semelhante, embora haja picos claramente discerníveis na demanda por trabalho temporário no setor do pequeno produtor, eles não são tão pronunciados quanto comumente se supõe. Tomando a demanda média mensal por trabalho temporário no setor da pequena propriedade para o Brasil como um todo (1.342.726), podemos ver que em nenhum mês a demanda atual cai abaixo de 83% deste valor. No caso da Bahia, este valor nunca é inferior a 63%. Em qualquer área, estes picos na demanda por trabalho irão tender a coincidir, tornando difícil imaginar que a demanda por trabalho possa ser suprida principalmente através de formas de troca de trabalho.

Todos os fatores apontados acima tenderiam, desta forma, a favorecer o ponto de vista de que existe uma divisão significativa no setor da pequena propriedade entre uma massa de semiproletários, que são forçados a vender parte de sua força de trabalho, e um setor de exploração familiar dependente, em variados graus, do emprego de trabalho temporário.

Constatamos anteriormente que as propriedades empregadoras de trabalho assalariado tenderam a escapar ao processo de “relatifundiarização”, e que seu número relativo aumentou desproporcionalmente durante os anos 70, junto com uma intensificação do trabalho temporário assalariado. Isto estaria sugerindo uma correlação entre o acréscimo no uso do trabalho temporário e o incremento na mercantilização da produção nestas propriedades.

As evidências da Bahia tenderiam a confirmar tal conclusão. Embora o número médio de propriedades do intervalo de 0-50 ha que empregue força de trabalho (contratada) seja de 25%, este valor cresce até 60% no caso dos pequenos produtores de fumo, de acordo com pesquisa realizada em 27 municípios do Estado.⁵² De forma semelhante na região produtora de feijão de Irecê, intensamente comercializada, dados de pesquisa realizada com 182 pequenos produtores no intervalo de 0-50 ha mostram que mais de

⁵² Cf. *Fumo na Bahia – diagnóstico preliminar*, CEPA-Ba, Salvador, 1980.

50% recorrem ao trabalho temporário assalariado, e 45% haviam empregado mais do que três trabalhadores no ano anterior.⁵³

Todavia, a semiproletarização da maioria do setor minifundiário não pode ser entendida como uma consequência da ascensão destas unidades de produção simples de mercadorias, mas sim como o produto histórico da base latifundiária da agricultura capitalista no Brasil.

No período recente, este processo tem sido acelerado tanto pela purificação das relações capitalistas nas “plantations” comerciais, quanto pela acumulação primitiva levada a cabo pelo grande capital no período mais recente. A crescente marginalização física do setor da pequena propriedade (expulsão das áreas mais férteis, queda da área média etc.), combinada com uma progressiva mercantilização das condições de reprodução nas áreas rurais, têm produzido uma ainda maior dependência da renda monetária obtida fora da propriedade, principalmente através do assalariamento direto.

De forma semelhante, é provável que a mercantilização da força de trabalho tenha tendido a eliminar formas não-monetárias de *troca de serviços*, acentuando a inviabilidade de muitas unidades de produção – hipótese que irá ser explorada em detalhes em nossos estudos de caso da Segunda Parte.

Por outro lado, os padrões preferenciais da dominação pelo latifúndio pelo capital mercantil, combinados com a expansão do mercado urbano para gêneros alimentícios, têm possibilitado o desenvolvimento de uma camada de produtor simples de mercadorias no estrato do pequeno produtor.⁵⁴ Inicialmente, o tamanho da propriedade, a disponibilidade de força de trabalho familiar, as condições para a renda diferencial terão determinado este desenvolvimento. Entretanto, sua consolidação vem se tornando cada vez mais dependente da capacidade desses produtores para absorver força de trabalho temporária, a qual, a nosso ver, está tomando cada vez mais a forma de assalariamento simples.

⁵³ *Pesquisa sobre associativismo entre os pequenos produtores rurais de Irecê*, SEPLANTEC-CPE, 1981. Iremos examinar detalhadamente o programa de modernização da pequena produção em Irecê, no Capítulo Seis.

⁵⁴ Fique claro que não estamos afirmando que a produção simples de mercadorias menores esteja limitada a este estrato. Nosso interesse pelo estrato de 0-50 ha deriva de sua definição com o público dos programas de desenvolvimento rural integrado.

Diríamos então que tanto a dependência da *renda* obtida fora da propriedade, por um lado, quanto a dependência do *trabalho* extrafamiliar, por outro, têm sido determinadas pelos efeitos gerais da expansão capitalista (envolvendo a mercantilização de todos os elementos da reprodução, especialmente terra e trabalho), e pelas formas específicas da dominação capitalista na agricultura.

6. Conclusão

Podemos concluir, portanto, que o público dos programas de modernização do pequeno produtor compreende na sua maior parte uma massa altamente instável de pequenos produtores em parcelas de tamanho inviável, em vários estágios de proletarização e crescentemente ameaçados de completa expropriação. Em contraste, existe também uma camada emergente de explorações familiares orientadas comercialmente, cujas condições de expansão são determinadas pela organização preferencial dos sistemas de produção dominantes na região e cuja consolidação, ao que parece, está ligada a uma crescente dependência do trabalho temporário derivado do próprio setor da pequena propriedade.

Na Segunda Parte iremos examinar o impacto diferencial dos programas de modernização da pequena exploração sobre diferentes regiões e tipos de público, baseando-nos em três estudos de caso realizados no Estado da Bahia. Iremos concentrar nossa análise na dinâmica da modernização da pequena produção e especialmente sobre o significado do trabalho extrafamiliar neste processo. Ao fazê-lo, esperamos lançar novas luzes sobre a recente noção de subordinação direta ou real defendida pelos teóricos da agroindústria e discutida no Capítulo Um.